

PRÁTICAS DA
HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,
AND USES OF THE PAST

N.º 12 (2021)



**Iconografia de Gungunhana:
representações do rei negro em
Portugal (1890-1940)**

Andrea Vacha

Práticas da História, n.º 12 (2021): 53-93

www.praticasdahistoria.pt

Andrea Vacha

**Iconografia de Gungunhana: representações
do rei negro em Portugal (1890-1940)**

No tenso cenário político entre, por um lado, a partilha de África e a humilhação do Ultimato britânico e, por outro, o regicídio e o fim da monarquia, num contexto onde as novas tecnologias de comunicação vinham aumentar o alcance e a popularidade das informações e das mensagens, a captura do “rei selvagem” e a sua vinda para a metrópole deram origem a uma produção iconográfica em variados suportes. A estética corporal, os anéis nos tornozelos e a coroa de cera tornaram-se elementos simbólicos da alteridade representada por Gungunhana ao longo de décadas. O rei foi sem dúvida o negro mais famoso do Império Português até aos anos 60 e a popularidade que ganhou, antes e depois da captura em Chaimite, fez dele um verdadeiro prisma das diferentes representações do “Outro”. A sua iconografia pode revelar muito sobre a mentalidade das épocas e dos sucessivos contextos de produção e receção.

Palavras-chave: Gungunhana; colonialismo português; Moçambique; Racismo.

**Iconography of Gungunhana: representations
of the black king in Portugal (1890-1940)**

In the tense political scenario between, on the one hand, the Scramble for Africa and British ultimatum seen as a humiliation by many Portuguese and, on the other, the regicide and the end of the monarchy, in a context where the new technologies applied to communication were increasing the reach and popularity of messages and information, the capture and the arrival of the “wild king” to the metropolis generated a vast variety of iconographic production. The body aesthetics, the ankle rings and the waxwork crown became symbolic elements of the otherness represented by Gungunhana throughout decades. The king remained undoubtedly the most famous black person in the Portuguese Empire until the 1960s and the popularity he gained, before and after the capture in Chaimite, made him a true prism of different representations of the “Other”. His iconography can reveal a lot about the mentality of the times and successive contexts of production and reception.

Keywords: Gungunhana; Portuguese colonialism; Mozambique; Racism.

Iconografia de Gungunhana: representações do rei negro em Portugal (1890-1940)

Andrea Vacha*

Este artigo propõe-se analisar a iconografia produzida em Portugal sobre a figura histórica do rei de Gaza Gungunhana, entre 1890 e 1940. Essa iconografia revestiu diferentes modalidades e suportes. Em vida de Gungunhana destacam-se sobretudo as fotografias, que ficaram nos arquivos ou foram divulgadas através da imprensa, dos folhetos ou dos postais. As gravuras, que por vezes copiavam as fotografias existentes, foram outro dos meios utilizados. E um terceiro foram as caricaturas nos jornais humorísticos. Também a cerâmica foi veículo de difusão da imagem de Gungunhana. Após a sua morte, em 1906, só as caricaturas irão cessar, mantendo-se a fotografia, a gravura e a produção em cerâmica, embora a última numa escala muito mais reduzida. Em contrapartida, a iconografia de Gungunhana passa a ser servida por esculturas, baixos-relevos, quadros e painéis azulejares. A produção das imagens reduz-se drasticamente após a morte de Gungunhana, para só voltar a adquirir alguma expressão com o Estado Novo. Durante este regime, a iconografia centra-se sobre a captura do rei em Chaimite, onde, em termos de composição, Mouzinho de Albuquerque (o oficial do exército que comandava o destacamento que capturou Gungunhana numa missão por muitos julgada suicida) é sempre representado enquanto sujeito e Gungunhana objeto da ação.

* Andrea Vacha (Andrea_Vacha@iscte-iul.pt). Iscte-IUL/CIES (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia), Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa. Artigo original recebido a 21-01-2020. Receção da versão revista a 14-09-2020. Aceitação a 08-10-2020.

1. O contexto da emergência de Gungunhana enquanto problema nacional

Na sequência da Conferência de Berlim (realizada entre o final de 1894 e o início de 1895), Portugal necessita passar de uma dominação nominal no interior de Moçambique para uma ocupação efetiva de vastos territórios. Nesse mesmo ano, Gungunhana sucede ao rei de Gaza, Muzilla, filho de Manicusse, e mostra-se reticente em renovar o acordo de amizade assinado pelo seu pai com a coroa portuguesa. O “Ato de Vassalagem”, acordado no dia 12 de outubro de 1885, será por ele posto em causa no ano seguinte¹. Entre o final dos anos 1880 e o início da década de 1890 a tensão internacional aumenta, até atingir o clímax com o Ultimato britânico, amplamente usado pelos republicanos para alimentar uma onda de críticas à monarquia, que culminaria na revolta de 31 de Janeiro de 1891, no Porto. Entretanto, Gungunhana expande a sua influência: mantém ligações formais com as autoridades portuguesas sem interromper o diálogo com emissários da Inglaterra e com a Companhia Britânica da África do Sul, que procura um porto próximo (Lourenço Marques, atual Maputo) para garantir uma saída por mar ao Transvaal, evitando taxas aduaneiras. O tratado assinado por Gungunhana no dia 4 de outubro de 1890 com os ingleses será depressa ultrapassado pelo tratado anglo-português de 11 de junho de 1891 que, na repartição do reino de Gaza, coloca os territórios de Gungunhana na parte portuguesa. Para Douglas Wheeler², foi este o ano em que o destino do rei começou a ser decidido. Até então, Gungunhana era visto pelos portugueses como um parceiro instável e astucioso que importava controlar, mas não como um inimigo. Data de 1890 uma das primeiras fotografias que dele se conhecem, captada pelos fotógrafos da Comissão de Delimitação na África Oriental. O rei posa sentado ao lado do residente português junto à sua corte, o conselheiro José de Almeida, para aí nomeado em 1886 [Figura 1].

1 Gerhard Liesegang, *Vassalagem ou Tratado de Amizade: História do Tratado de Vassalagem de Ngungunyane nas Relações Externas de Gaza* (Maputo: Arquivo Histórico Nacional/Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, 1986).

2 Douglas Wheeler, “Gungunyane the Negotiator: A Study in African Diplomacy”, *Journal of African History* IX (4), (1968): 585-602.



Figura 1. “Régulo Gungunhana e Mt.º Almeida”. Datação: 1890. AHU – Álbum «Comissão de Delimitação na África Oriental». A imagem tornou-se icónica, inspirou sucessivas representações como as gravuras em *As Colónias Portuguesas*, n.º 4, p. 25, 31 de maio de 1891, e no *Diário de Notícias* da Ilha da Madeira (26 de janeiro de 1896) em que surge na capa, e também em muitas caricaturas da época

Embora sejam conhecidas mais algumas fotografias de Gungunhana antes da sua prisão, esta será a primeira e última vez em que as duas partes posam em pé de igualdade. Nos últimos anos do seu reinado, o conselheiro José de Almeida procurará esboçar um *modus vivendi* com o chefe guerreiro que será progressivamente inviabilizado pela evolução da situação e pelas mudanças ocorridas na política colonial portuguesa³.

Pela mesma época, as finanças do Estado português atravessavam um período de grandes dificuldades, na sequência da proclamação da República no Brasil (1889) e da quase falência do Banco Barings.

3 René Pélissier, *História de Moçambique: Formação e Oposição. 1854-1918* (Lisboa: Editorial Estampa, 1987).

Para assegurar o pagamento do cupão da dívida, Portugal aumentava o recurso ao empréstimo externo, aprofundando o ciclo de endividamento. Em junho de 1892 foi oficialmente declarada a bancarrota parcial do Estado português, afetando parte substancial do serviço da dívida. Tudo parecia encaminhar-se para um final trágico para as colônias portuguesas, e as esperanças patrióticas de voltar aos tempos imperiais mostravam-se muito fracas.

Em agosto de 1894 começam os ataques, seguidos do cerco a Lourenço Marques, liderados por mangas (regimentos) da etnia ronga. Em Lisboa suspeitava-se que as forças de Gungunhana, então já considerado o principal inimigo nos territórios africanos dos interesses portugueses, estivessem por detrás dos ataques. Muito se achava em discussão: entre outros aspetos, a capacidade de Portugal controlar eficazmente as suas colônias perante as potências estrangeiras. Em outubro, o governo nomeia como comissário régio em Moçambique António Enes, partidário da “pacificação” pelas armas, que parte para a colónia sendo seguido, no primeiro semestre de 1895, por outros dois contingentes nos quais se contavam oficiais da elite aristocrática do exército.

As forças portuguesas reorganizam-se numa estratégia de contraofensiva que resulta nas inesperadas vitórias em Marracuene, Magul e Coolela (a derrota final, antes do incêndio do Kraal de Manjacaze). Nomeado, no início de dezembro, governador militar do distrito de Gaza, Mouzinho de Albuquerque não demora a lançar-se num ataque-surpresa para evitar que o rei derrotado escapasse ou organizasse novas estratégias de resistência. No dia 28 de dezembro de 1895, apesar da disparidade de forças (uma cinquentena de soldados portugueses contra cerca de trezentos guerreiros da guarda real) consegue penetrar na aldeia sagrada de Chaimite, onde manda fuzilar dois conselheiros (Mahune e Queto) antes de desautorar o rei vátua com a imposição, posteriormente muito celebrada, de se sentar no chão. O rei de Gaza e a sua corte são aprisionados e, após uma breve paragem em Lourenço Marques, os presos são embarcados para Lisboa, onde chegam a 13 de março de 1896. O rei e a corte são então expostos à humilhação pública pelas ruas da capital antes de conhecerem o desterro final: os homens

para Angra do Heroísmo (capital da Ilha Terceira), as mulheres para São Tomé e Príncipe. O desterro açoriano do rei durou até à sua morte, a 23 de dezembro de 1906. Entretanto, ele e os seus companheiros haviam recebido os sacramentos cristãos a 16 de abril de 1899.

2. A derrota de Gungunhana e a (re)afirmação da epopeia imperial

Nos últimos dias de 1895, a notícia da prisão de Gungunhana ocupou as manchetes dos principais jornais portugueses e foi o foco das atenções da imprensa até à chegada da comitiva real a Lisboa (13 de março de 1896) e mesmo depois desta data. Alguns jornais aproveitaram para retratar toda a epopeia das campanhas de África, e os principais caricaturistas dedicaram muita atenção ao tema⁴. Naquele domingo de março, o povo da capital pôde admirar, pela primeira vez, um rei africano submetido ao poder imperial português. O rei e a corte vátua foram expostos ao escárnio da multidão nas ruas da capital, num humilhante cortejo com seis carruagens abertas, a caminho do Forte de Monsanto, onde ficariam por mais de três meses. A animosidade e as ameaças da população⁵ – que exibia gestos de degolação – foram de tal magnitude que, no dia seguinte, alguns jornais criticaram a passividade da polícia⁶.

Nesse clima de júbilo que varreu o país durante alguns meses, tornaram-se populares os pratos de porcelana da Vista Alegre decorados com a efígie de Gungunhana e com a inscrição “4 de Janeiro de 1896 – Gungunhana” [Figura 2].

4 Leonor Pires Martins, *Um Império de Papel, Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875-1940)* (Lisboa: Edições 70, 2014).

5 Maria da Graça Bretes, “Arqueologia de um mito: a derrota de Gungunhana e a sua chegada a Lisboa”, *Penélope*, 2 (1989): 75-96.

6 Maria da Conceição Vilhena, *Gungunhana: Grandeza e Decadência de um Império Africano* (Lisboa: Colibri, 1999).

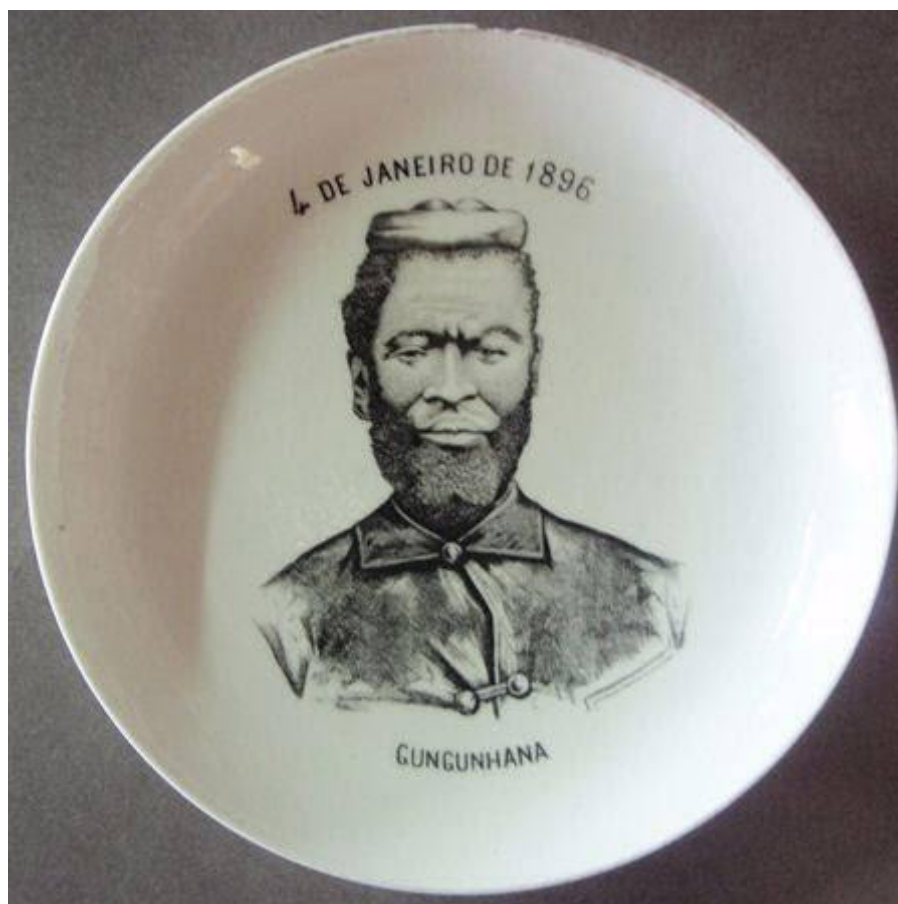


Figura 2. Prato Vista Alegre exibindo o busto de Gungunhana. A data “4 de Janeiro de 1896” corresponde à chegada da comitiva real a Lourenço Marques. Museu Militar de Lisboa

Esta era a data da chegada do navio “Neves Ferreira” a Lourenço Marques, de onde a comitiva embarcaria depois para Lisboa no vapor “África”. A cabeça do inimigo servida num prato, para pendurar na parede ou expor num móvel, era o equivalente funcional a um troféu de guerra. Exemplos desta produção estão atualmente expostos quer no Museu Militar de Lisboa, na sala dedicada a Mouzinho de Albuquerque, quer na Sala Gungunhana do Museu Militar da Guarda. Que o feito da prisão de Gungunhana era um troféu de guerra, não apenas na cena doméstica, mas também internacional, a imprensa não deixará de o realçar. A revista ilustrada *Os Pontos*, poucos dias após a chegada dos presos a Lisboa, expõe de forma clara ante todos o julgamento da História [Figura 3].



Figura 3. Caricatura da autoria de Sousa Nogueira, publicada em *Os Pontos*, 22 de março de 1896

No prato mais leve da balança estão as potências Inglaterra, França, Espanha e Itália, mas também a República do Transvaal (que re-

conquistara quinze anos antes a sua efêmera independência frente aos ingleses), a colônia de Cuba (em rebelião contra Espanha desde 1895) e a Abissínia (que poucas semanas antes tinha surpreendido o mundo ao derrotar a Itália, na batalha de Adwa). No prato mais pesado está o velho Portugal, empunhando a bandeira, com Gungunhana sentado, impotente, rodeado pelas suas mulheres. A vitória portuguesa na frente colonial era assim contrastada com os desaires da Inglaterra, Espanha e Itália nesse domínio. Este prato esmaga ainda a cabeça de John Bull, representante do arrogante imperialismo inglês. A legenda deixa poucas dúvidas: “Na balança da História, pesa mais o triunfo portuguez na Africa do que os feitos militares de todas as outras nações da Europa reunidas.”

A vitória de Chaimite vinha provar também que Portugal estava em África não apenas pela herança histórica, mas por efetivas capacidades militares. Uma caricatura de Manuel Gustavo Bordallo Pinheiro, publicada em *O António Maria*, logo a 6 de fevereiro de 1896, e intitulada “O português perante o estrangeiro”, era clara a esse respeito. Antes de Chaimite, o soldado português era desvalorizado pelas outras potências europeias. Após Chaimite, com Gungunhana na ponta da espingarda (representado por um boneco ou um feitiço capaz de realizar a milagrosa transformação), o militar português agiganta-se. A citação de Victor Hugo em legenda – “Não há pequenos povos, há pequenos homens” – sublinha a restaurada autoestima e dignidade do povo português na arena internacional. Ainda quarenta anos passados, a imprensa portuguesa citará o feito de Mouzinho para o comparar com os feitos das outras potências colonizadoras. Ao relatar a guerra italiana na Etiópia, escreve assim *A Ilustração*: “Por uma curiosa coincidência, enquanto nós festejamos com a maior solenidade ‘o dia de Mouzinho’, a Itália obstina-se, como por ocasião da prisão do Gungunhana, em fazer guerra à Etiópia!”⁷. Mas este feito, bom para ostentar perante o “juízo dos nossos pares” (para parafrasear o verso final de *The White Man’s Burden*, de Rudyard Kipling, publicado em 1899), revelava-se também

7 *A Ilustração*, n.º 242, janeiro, 1936.

um trunfo na cena doméstica. Na atmosfera de decadentismo exacerbado que resultou do Ultimato britânico, e numa conjuntura em que o gabinete Hintze-Franco seguia o caminho das políticas musculadas, provocando a desconfiança ou hostilidade de boa parte da sociedade, o ato heroico de Mouzinho, homem devotado à pátria e à monarquia, representava um bálsamo para a Coroa. Significativas são, portanto, as palavras sarcásticas do republicano João Chagas em *O Berro*, a 15 de março de 1896⁸.

O Gungunhana salvou-nos! [...] O Gungunhana foi providencial. Regenerou, restabeleceu, consagrou, fez esquecer, fez esperar. [...] O dia de amanhã, ainda ontem sombrio, já parece sorrir, a imprensa, refletindo esta grata impressão de desafogo, saúda no passado heroico de Portugal a esperança de um futuro melhor [...]. A revolução cede, a Realeza ostenta-se menos receosa, nos partidos dão-se as mãos e [...] os primeiros dias belos da primavera trazem à rua toda uma população de risonhos patetas. [...] O Gungunhana não foi, pois, um inimigo, foi um achado e dele se pode dizer o que Voltaire disse de Deus – se não existisse, seria preciso inventá-lo.

A Casa Real portuguesa não perdeu a oportunidade de erigir Chaimite num recomeçar da gesta ultramarina portuguesa, iniciada no século XV e que conhecera um período de incertezas e sobressaltos durante grande parte do século XIX. Significativo desse desejo é a inserção de uma cabeça de Gungunhana, talhada em pedra de Ançã, na decoração exterior do Palace Hotel do Buçaco, construído no essencial entre 1888 e 1904, e entregue à exploração hoteleira em 1907. Este hotel de luxo, expoente da arquitetura revivalista, é construído no particular contexto inaugurado traumáticamente pelo Ultimato britânico, aprofundado pela declaração de bancarrota parcial em 1892, que inicia

⁸ Martins, *Um Império de Papel*, 88.

uma crise financeira grave, e que conduz no domínio artístico a uma exasperação estética que eleva o estilo neomanuelino a um novo patamar. O Palace Hotel é, pois, criado para inculcar e difundir uma certa narrativa da história de Portugal que, ante as incertezas que pairavam sobre o presente e o futuro, pretende afirmar a perenidade do projeto nacional, já então indissociável do projeto ultramarino. Daí a narrativa e a evocação, em pedra e nos painéis azulejares, da epopeia nacional, desde a época medieval às navegações marítimas e terminando pela Guerra Peninsular⁹.

É nesta narrativa que a inserção da cabeça de Gungunhana (não prevista no projeto inicial, concluído em 1888) ganha sentido. A presença desta cabeça, com a sua expressão sofrida e espantada, num friso exterior sobre as arcadas das janelas [Figura 4] é a celebração do mais marcante triunfo das campanhas de pacificação em curso em África. Certamente não por acaso, no interior da varanda por debaixo desta figura encontra-se o painel azulejar de Jorge Colaço, alusivo ao mito do Adamastor. Tal como o Gigante, que inspirava medo e terror e era tido por invencível pelos nautas portugueses em demanda do caminho marítimo para a Índia, também Gungunhana se revelara um gigante com pés de barro. A ideia de continuidade entre a epopeia de Mouzinho e os gestos heroicos dos tempos áureos do Império fica bem evidenciada quer pela inserção da cabeça de Gungunhana num dos frisos quer pela aproximação entre o rei de Gaza e o Gigante Adamastor.

9 Maria Raquel Henriques da Silva, “O neo-manuelino do Palace-Hotel: pistas para pensar a memória”, *Monumentos. Revista Semestral da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* 20 (2004): 44-59.



Figura 4. Escultura da cabeça de Gungunhana, em pedra de Ançã, num dos frisos exteriores sobre as arcadas das varandas do Hotel Palace do Buçaco. Autor não identificado. Datação: c. 1904. A fotografia, da autoria de José Gonçalves, e catalogada como “Mascaron”, pode ser utilizada ao abrigo da licença: Creative Commons Attribution-Share Alike 4.0 International. Link da fotografia: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/84/Mascaron_in_Bu%C3%A7aco.jpg

Seguiu-se depois um hiato de cerca de 20 anos, nos quais a I República se mostrou pouco interessada em exaltar o feito de Chaimite, demasiado preso a uma figura muito ligada à Casa Real. Com efeito, o “culto de Mouzinho”, iniciado por elementos do seu Estado-Maior em Moçambique, foi sobretudo continuado nesse período pelos monárquicos legitimistas e pelos integralistas portugueses¹⁰. Vislumbrando, porém, em Mouzinho um modelo estado-novista *ante litteram*¹¹, a propaganda salazarista criou um verdadeiro culto¹² do homem heroico que não tinha medo de arriscar a vida numa missão impossível, na floresta

10 Douglas Wheeler, “Joaquim Mouzinho de Albuquerque e a política do colonialismo”, *Análise Social* XVI, n.º 61-62 (1980): 295-318.

11 Patrícia Vieira, “O espírito do império: as grandes certezas do Estado Novo em Chaimite”, *Journal of Lusophone Studies* 7 (2009).

12 Isabel de Souza Lima Junqueira Barreto, “Mouzinho de Albuquerque e Ngungunhana: um estudo de caso do processo de construção de heróis nacionais em Portugal e Moçambique” (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007).

africana, em nome da pátria¹³. Na feliz expressão de Douglas Wheeler¹⁴, Mouzinho foi o “santo secular do regime”. Em 1935, era criado o Dia de Mouzinho, cabendo à Agência-Geral das Colónias a sua comemoração regular, no dia 28 de dezembro (aniversário da tomada de Chaimite). Também a data de 21 de julho (aniversário do combate de Macontene) foi consagrada como Dia da Arma de Cavalaria. Mais tarde, no mesmo ano em que estalou a guerra colonial (1961), o Estado Novo elevou Mouzinho a patrono da Arma de Cavalaria. Quando, pelo final dos anos 60, esta arma teve necessidade de expandir o número de veículos militares para acudir às necessidades nos três teatros de operações, esse novo veículo blindado foi batizado de Chaimite. Assim, entre os muitos eventos e homenagens com que o Estado Novo distinguiu Mouzinho, a figura de Gungunhana voltou a ser alvo de representação.

Datam desta época dois painéis de azulejos representando Chaimite. O primeiro faz parte da série dos 27 painéis que ornamentam as paredes do Pátio dos Canhões, no Museu Militar de Lisboa. Da autoria do coronel Vitória Pereira (também pintor e ceramista), aí foram instalados no ano de 1944. Com poucas exceções, retratam episódios marcantes da história militar portuguesa ocorridos entre 1158 e 1918. Que a “Heroica Jornada de Chaimite” marque presença neste conjunto não é surpreendente. Outras cinco composições são relativas a feitos de armas além-mar. Já o mesmo não se pode dizer do painel instalado no Jardim 1.º de Dezembro, em Portimão, no mesmo ano da promulgação do Ato Colonial (1930)¹⁵.

Para este jardim, o ceramista Mário Salvador pintou dez painéis azulejares celebrando dez marcos da história portuguesa. O nono era alusivo à “consolidação do Império colonial português” levada a cabo em Chaimite [Figura 5].

13 Jorge Seabra, “O império e as memórias do Estado Novo: os heróis de Chaimite”, *Revista de História das Ideias* 17 (1995): 33-78.

14 Wheeler, “Joaquim Mouzinho de Albuquerque”, 295.

15 Lei constitucional, inspirada na mística imperial portuguesa, que centralizava as administrações coloniais, as quais passavam a ser controladas centralmente pelo Ministério das Colónias. O ato, além de fortalecer o domínio nas colónias, sublinhava também a relação discriminatória entre colonos, indígenas e assimilados.



Figura 5. “Consolidação do Império Colonial Português. Mouzinho d’Albuquerque. Prisão do régulo Gungunhana. 28 de Dezembro de 1895”. Este painel, da autoria de Mário Salvador, encontra-se no Jardim do Largo 1.º de Dezembro em Portimão (Fábrica de Loiça de Sacavém, 1930)

A coerência deste conjunto portimonense “permite uma leitura excepcionalmente imediata no contexto da azulejaria historicista, transformando-o numa lição da história portuguesa de cariz quase doutrinário”¹⁶. A inclusão aqui de Chaimite é muito significativa. Quando bem observado, o conjunto assenta sobre dois fios condutores que obedecem à mesma lógica: o momento fundador e suas sucessivas reconfirmações. No plano doméstico: Fundação de Portugal / 1143 (I dinastia); 1385 (II dinastia); Restauração / 1640 (IV dinastia); 1820 (instauração do liberalismo); e 1910 (implantação da República). No plano imperial: Ceuta, onde principia a aventura ultramarina; Gama, inaugurando a epopeia oriental; Cabral, abrindo as portas do eldorado brasileiro; e Mouzinho, que verdadeiramente possibilita a epopeia africana. Enquanto obreiro do Império, Mouzinho ombreia assim com Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral¹⁷.

16 Tiago Borges Lourenço, “Postais azulejados: decoração azulejar figurativa das estações ferroviárias portuguesas” (Dissertação de mestrado: Universidade Nova de Lisboa, 2014).

17 Eis os títulos dos dez painéis: “Fundação da Nacionalidade (Tratado de Zamora) / 5 d’Outubro de 1143”; “Batalha de Aljubarrota / 14 d’Agosto de 1385”; “Tomada de Ceuta (Início dos

3. A missão civilizadora portuguesa

Na iconografia por nós recolhida e examinada nenhuma imagem comunica uma visão empática ou compassiva dos presos, conquanto alguns artigos de imprensa se tenham manifestado contra a forma como os presos estavam a ser (mal)tratados¹⁸. No imaginário português das últimas décadas do século XIX, os negros eram geralmente tidos como seres inferiores, quer por razões biológicas, quer culturais, a quem era necessário levar as luzes da civilização. Sabemos como a “missão civilizadora” que se instala nos discursos e na retórica colonialista europeia¹⁹, apoiando uma multiplicidade de justificações do projeto colonial, gosta de realçar as diferenças estéticas entre ocidentais e indígenas²⁰. Ora, os aspetos estéticos parecem ter captado particularmente a atenção dos leitores, não deixando a imprensa e as obras de divulgação de explorar esse sentimento de repulsa. A proeminência da barriga, os anéis nas pernas e os pés nus no chão surgem por isso enfatizados na maioria das representações de Gungunhana ao longo das décadas. Ao examinar as escritas missionárias na África portuguesa, Paulo Valverde²¹ reflete justamente sobre o papel que “o desventurado gordo” desempenhou na construção da imagem do africano enquanto ser inferior porque incapaz de se inserir no regime corporal disciplinado advogado pelos/para os brancos. O riso que assoma nessas escritas missionárias por esta “corporalidade excedentária e ridícula [...] prenuncia os modos explorados pelos manuais do Estado Novo, algumas décadas depois, em que o obeso Gungunhana era o sinónimo do africano derrotado e risível”. O

Descobrimientos Marítimos) / 21 d’Agosto de 1415”; “Chegada de Vasco da Gama a Calicut / 28 de Maio de 1489 (Sic)”; “Pedro Álvares Cabral descobre o Brazil / 24 de Abril de 1500”; “Restauração de Portugal / 1 de Dezembro de 1640”; “Primeira Constituição Portuguesa / 4 de Julho de 1820”; “Outorga da Carta Constitucional / 29 de Abril de 1826”; “Consolidação do Império Colonial Português, “Mouzinho d’Albuquerque” prisão do régulo Gungunhana / 28 de Dezembro de 1895”; “Implantação da República / 5 d’Outubro de 1910”.

18 Vilhena, *Gungunhana*, 227-229.

19 Miguel Bandeira Jerónimo, *Livros Brancos, Almas Negras. A “Missão Civilizadora” do Colonialismo Português, c. 1870-1930* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009).

20 Maria Paula Meneses, “Colonialismo como violência: a ‘missão civilizadora’ do colonialismo português”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, número especial (2018): 115-140.

21 Paulo Valverde, “O corpo e a busca de lugares da perfeição: escritas missionárias da África colonial portuguesa, 1930-60”, *Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social* 1, n.º 1 (1997).

realce da obesidade do rei de Gaza continua a ser visível em produções tão díspares como a pintura a óleo, de autoria de Moraes Carvalho, datada de 1958, hoje pertença do Museu Militar de Lisboa e exposta na Sala Mouzinho de Albuquerque. Ou o “cromo” que o ilustrador Carlos Alberto Santos dedicou a Chaimite, na sua popular *História de Portugal*, editada pela Agência Portuguesa de Revistas, a qual deliciou várias gerações de jovens pois foi reeditada cerca de vinte vezes, entre os anos 1950 e 1970. Ou ainda o desenho, publicado a 11 de fevereiro de 2016 pelo semanário de ultradireita *O Diabo*, acompanhando um artigo dedicado ao “herói de Chaimite”, onde a obesidade do rei contrasta flagrantemente com a elegância dos militares portugueses.

Em vida de Gungunhana, a afirmação de que Portugal estava investido de uma missão civilizadora, através da qual os negros seriam elevados espiritual, cultural e materialmente, manifestou-se a quatro níveis: na condenação da poligamia em que vivia e que foi forçado a abandonar; na alfabetização; nos sacramentos do batismo e do crisma; e na aculturação no vestuário e nos costumes. Logo à chegada à metrópole, a parte mais conservadora da sociedade dirigiu fortes críticas à poligamia. Na pudica ética da época vitoriana esta era considerada uma prática extremamente escandalosa, ligada à natureza selvagem dos negros. As rainhas acabaram, portanto, por ser desterradas para São Tomé e Príncipe, terminando a trabalhar como criadas ou prostitutas²².

22 Maria da Conceição Villena, “As mulheres do Gungunhana”, in *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa* (Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995): 511-516.

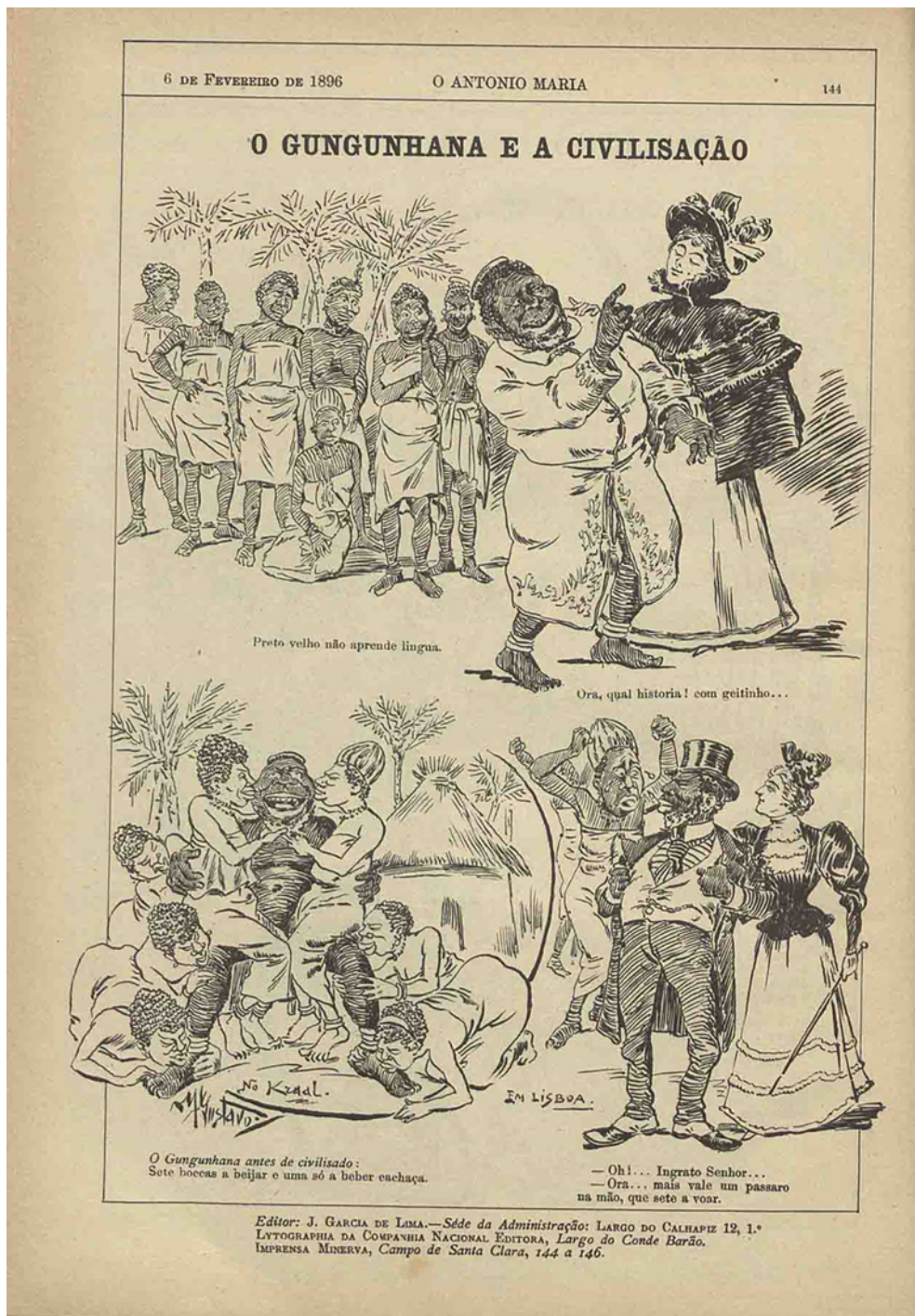


Figura 6. “O Gungunhana e a civilização”. Caricaturas da autoria de Manuel Gustavo Bordallo Pinheiro, publicadas em *O António Maria*, 6 de março de 1896. Em ambas, a conversão de Gungunhana à civilização passa pela troca das suas sete esposas por uma mulher branca

Já no domínio das caricaturas, se nem sempre a poligamia é abominada, vários trabalhos, como “O Gungunhana e a civilização” [Figura 6], de Manuel Gustavo Bordallo Pinheiro, estampado ainda antes da chegada do rei a Lisboa, sugerem a atração de Gungunhana pelos costumes ocidentais, no gesto de trocar as sete esposas por uma frívola *coccote* (mulher de costumes fáceis, também referida à época como *demi-mondaine*). O apelo das esposas para que o marido não as troque por mulheres brancas, uma vez chegado a Lisboa, surge noutra composição: “Ti não deixa namorá d’isbranca, não?” [Figura 7]. Várias outras caricaturas preferem exibir um Gungunhana deslumbrado pela maneira de vestir dos brancos.

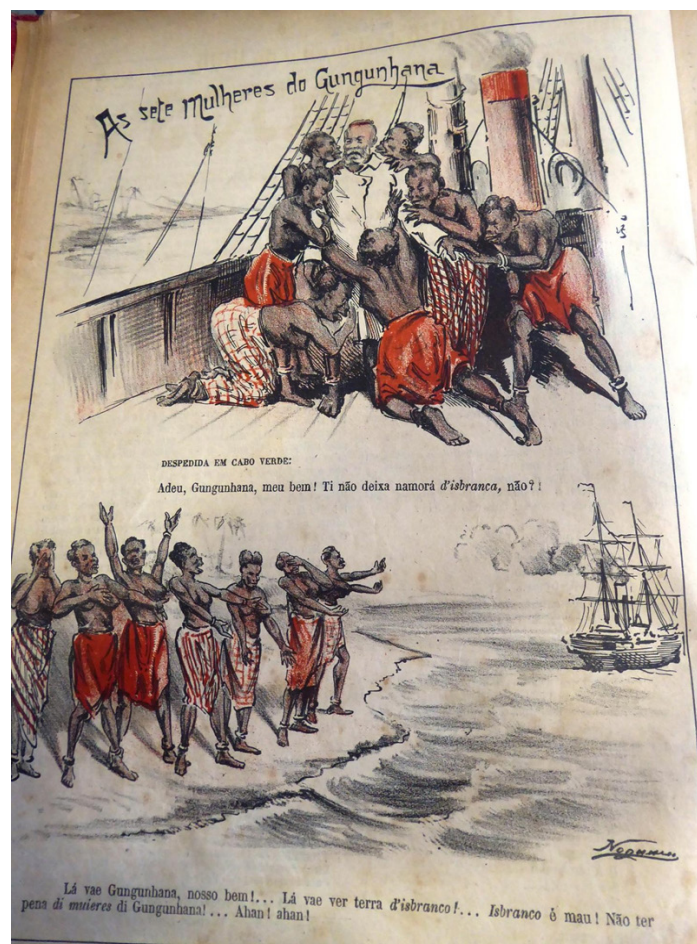


Figura 7. “As sete mulheres do Gungunhana”. Caricaturas da autoria de Sousa Nogueira, publicadas em *Os Pontos*, 19 de janeiro de 1896.

Chegados a Angra do Heroísmo os quatro desterrados foram alistados no Regimento de Caçadores 10 (sedeado no castelo de São João Baptista, no Monte Brasil), na categoria de “sargentos de 2.^a, onde vencem pão, rancho dos officiaes inferiores e o *pret* diário de 260 reis”, segundo informa *A União*, do dia 30 de junho de 1896. Gungunhana continuava a gozar de notoriedade nacional e estrangeira podendo, portanto, tornar-se montra da missão evangelizadora dos portugueses. Levar os africanos a conhecer a luz da civilização passava antes de mais pela alfabetização e pelos sacramentos cristãos. O batizado dos vátuas foi, portanto, uma boa ocasião para exhibir o trabalho feito. Monsenhor António Silva Pratas já os havia iniciado, no forte de Monsanto, nos rudimentos do cristianismo, missão depois aprofundada na Ilha Terceira por dois sacerdotes jesuítas. A cerimónia de batismo, revestida da maior solenidade e congregando muito público, foi seguida com atenção pela imprensa local e fotografada no exterior da sé catedral. “Vestidos a rigor, com fraque, laço, cartola e polainas, foram apadrinhados pela elite local que se esforçou por lhes dar o estatuto de assimilados”²³. Godide recebeu de monsenhor Pratas um relógio e uma corrente de prata com berloques, símbolo por excelência da modernidade ocidental. Após o ato, os quatro neófitos regressaram de trem à fortaleza, tendo uma banda de música abrilhantado o jantar. “Com o aparato desta cerimónia, Portugal podia ostentar ao mundo o orgulho de ter cumprido ‘os nobres ideais da missão civilizadora do colonialismo português’”²⁴.

Também na imprensa nacional o batismo dos vátuas não passou despercebido. Na caricatura “Batizado do Gungunhana” [Figura 8] os neófitos são representados como adultos infantilizados, ao colo de senhoras brancas, ridiculamente vestidos à maneira ocidental, mas com os pés ainda descalços (à exceção de um deles, que poderia ser Godide ou Xixaxá).

23 Carlos Ennes, *Album Terceirense*, vol. 4 (Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2018): 22-26.

24 Ennes, *Album Terceirense*, 23.



Figura 8. “O batizado do Gungunhana”. Caricatura da autoria de P. Marinho, publicada em *Branco e Negro*, de 22 de abril de 1899

A ideia de que os africanos conjugavam um corpo primitivo e uma mente infantil é muito comum na época. Data desse mesmo ano o poema, já referido, de Rudyard Kipling, *The White Man's Burden*, no qual os nativos são descritos como “sullen peoples / Half-devil and half-child”, selvagens, cheios de ódio e escarnecedores dos deuses dos brancos. A exibição dos quatro africanos vestidos no melhor estilo europeu repetiu-se com alguma regularidade, em vários passeios dominicais pela ilha. O processo de aculturação ocorrido na Ilha Terceira (arquipélago dos Açores) está patente num conjunto de dois postais editados pela Loja do Buraco, em Angra do Heroísmo. O primeiro, relativo à chegada à ilha, contém um erro de datação: só em julho de 1896 os desterrados chegaram aos Açores. A roupa suja e amarrotada, e os pés descalços, que recalcam o modelo do africano mísero redimem-se, no segundo postal, nos elegantes fatos burgueses dos neocivilizados: os chapéus de abas largas substituem as coroas tradicionais e calçar sapatos é próprio do viver em sociedade civilizada. A etapa final do processo é, pois, a passagem dos nomes vátuas aos nomes cristãos que figuram na legenda do postal datado de 1904 [Figura 9]. A partir da fotografia mais recente fez-se outra edição, artificialmente colorida, o que prova como este tipo de recordações era popular entre os terceirenses e os forasteiros – e rentável para quem as produzia.



Figura 9. Dois postais ilustrados, editados em Angra do Heroísmo, pela Loja do Buraco, com fotografias dos desterrados. Os postais foram escritos em 1906 e estão conservados no Arquivo do Museu Militar de Lisboa

4. O darwinismo social e a superioridade da raça branca

No final do século XIX, a ideia de uma hierarquia racial, em que a raça branca ocupava o topo e a raça negra a base, foi abrindo caminho sólido no seio das elites políticas, militares e empresariais com interesses em África. A paulatina difusão destas ideias entre boa parte da população portuguesa permitiu justificar depois tanto a exploração dos indígenas nas colónias como as chamadas “campanhas de pacificação”, em que o exército português, a pretexto de pôr termo a conflitos inter-étnicos e instaurar a paz civil, logrou alcançar um controlo sobre os seus territórios coloniais em África jamais conseguido antes²⁵. O mais conhecido teórico deste racismo científico em Portugal foi Oliveira Martins. “Partindo da ideia que as raças de características mais favoráveis, entrando em competição com as inferiores, tenderiam a eliminá-las, Oliveira Martins fazia a crítica da política colonial do liberalismo português, a seu ver demasiado branda e pouco compensadora”²⁶. O escritor, amigo próximo do futuro comissário régio de Moçambique António Enes, desenvolveu toda uma visão da história universal entendida como uma epopeia na qual a raça ariana se ia assenhorando dos contributos dos outros povos, estendendo progressivamente o seu domínio sobre o globo, e na qual as raças menos aptas estavam condenadas à extinção.

Logo em 19 de janeiro de 1896, o jornal *Os Pontos*, dando guarida à notícia falsa de que o vapor “África” deixara ficar as rainhas vátua em Cabo Verde, vai caricaturá-las com traços faciais quase animais, descalças e quase nuas. Destaca ainda nelas os seios bem visíveis e nus, um gesto repetido ao longo de toda a iconografia colonial até perto da descolonização²⁷. O aspeto das “sete mulheres de Gungunhana” (e a poligamia era também indicador do *status* selvagem e primitivo dos presos) parece influenciado por teorias populares na época como a frenologia de Franz Gall (1758-1828) ou os estudos

25 Valentim Alexandre, “O império e a ideia de raça (séculos XIX e XX)”, in *Novos Racismos: Perspetivas Comparativas*, ed. Jorge Vala (Oeiras: Celta Editora, 1999).

26 Valentim Alexandre, “Questão nacional e questão colonial em Oliveira Martins”, *Análise Social* 135 (1996): 183-201.

27 Filipa Lowndes Vicente, “Black Women’s Bodies in the Portuguese Colonial Visual Archive (1900-1975)”, *Portuguese Literary & Cultural Studies* 30-31 (2017): 16-67.

aplicados à criminologia de Cesare Lombroso (1835-1909): a forma do rosto e do crânio reflete um estado evolutivo inferior ao branco, a meio caminho entre este e os animais²⁸. A linguagem da legenda parece insinuar que a falta de capacidades linguísticas, próprias de quem aprendeu a falar noutra língua materna, revelaria um défice de capacidades cognitivas: “La vae Gungunhana, nosso bem!... Lá vae ver terra d’isbranco!... Isbranco é mau! Não ter pena di muieres di Gungunhana!...Ahan! ahan!” [Figura 7]. Muitos dos preconceitos, comuns nessa época²⁹, bem patentes na figura, eram desmentidos pelas fotografias das rainhas de Gaza. Ainda em Lourenço Marques, enquanto aguardavam viagem para a capital, o rei com as suas esposas haviam sido fotografados sentados no chão, numa posição submissa relativamente aos dois soldados [Figura 10]. Nada, porém, das roupagens com que as caricaturas as iriam retratar. Também no Arquivo Municipal de Lisboa existe um conjunto de fotos do desembarque dos prisioneiros em Lisboa. As esposas de Gungunhana surgem aí vestidas com roupas bem pouco exóticas, mostrando, pelo contrário, uma altivez real.

28 Julio Caro Baroja, *La cara, espejo del alma – Historia de la fisiognómica* (Barcelona: Circulo de Lectores, 1987), 205: “Las formas de la cabeza u del cráneo repiten, en la mayoría de los casos, las del cerebro, de suerte que permiten descubrir las cualidades, facultades y defectos de las personas, porque el cerebro por su parte se compare de tantos órganos particulares, como sentimientos facultades diferentes tiene el ser humano.”

29 (Matos, 2006)

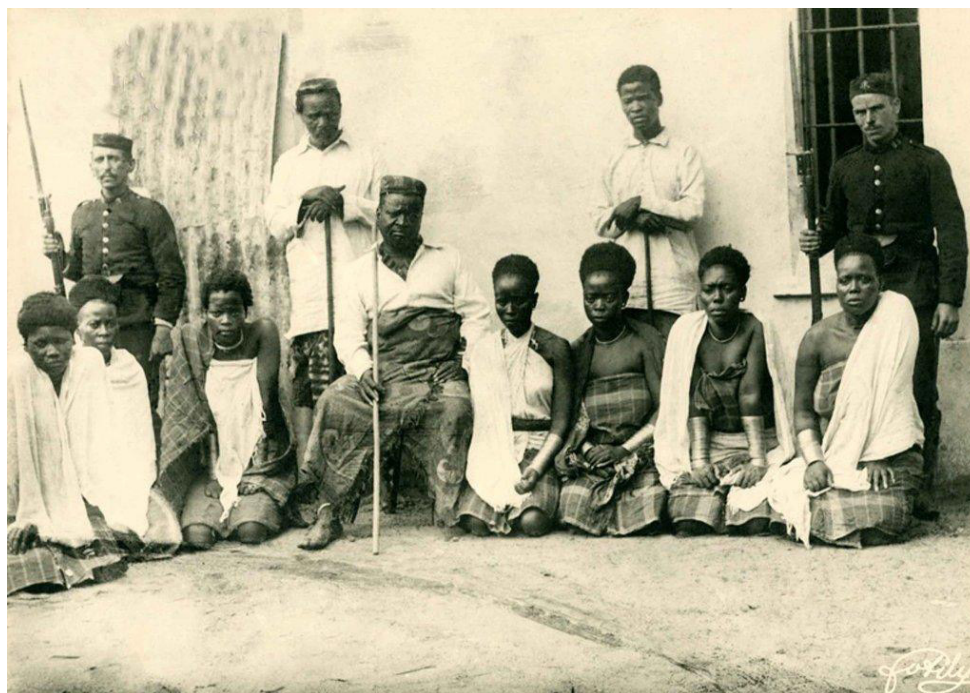


Figura 10. Fotografia do rei com as suas sete esposas tirada em Lourenço Marques (1895). Foto Hily Lda. Arquivo Histórico Ultramarino

Se, como já dissemos, a ausência de empatia é um traço comum a praticamente todas as imagens posteriores a Chaimite que recolhemos (a exceção são algumas fotografias tiradas em Angra do Heroísmo, já nos inícios do século XX, ou seja, após a “assimilação”), a frieza pura é bem evidente no par legenda/gravura relativo ao fuzilamento do conselheiro Mahune e de Queto, tio do rei, ordenado por Mouzinho após a tomada de Chaimite. Ignorando a imagem, o jornal *Charivari* prefere enaltecer os “heroicos vencedores do Gungunhana”, numa aprovação tácita da violência sobre os sujeitos africanos [Figura 11]. Este fuzilamento, sob a acusação de traição, ocorreu sem qualquer tipo de julgamento, levando algumas vozes na época a protestar contra a desnecessária brutalidade do recém-promovido governador de Gaza. A rigidez disciplinada e marcial dos soldados, que vestem impecáveis uniformes brancos e se apresentam modernamente equipados, contrasta com os vátuas que surgem descalços e seminus, com exceção do rei. O tamanho

dos corpos, sem obedecer à perspectiva, insinua a superioridade da raça portuguesa. A gravura mostra, assim, o domínio da razão sobre o primitivo caos, contraste que voltará a surgir, quatro décadas mais tarde, na estátua equestre de Mouzinho de Albuquerque.

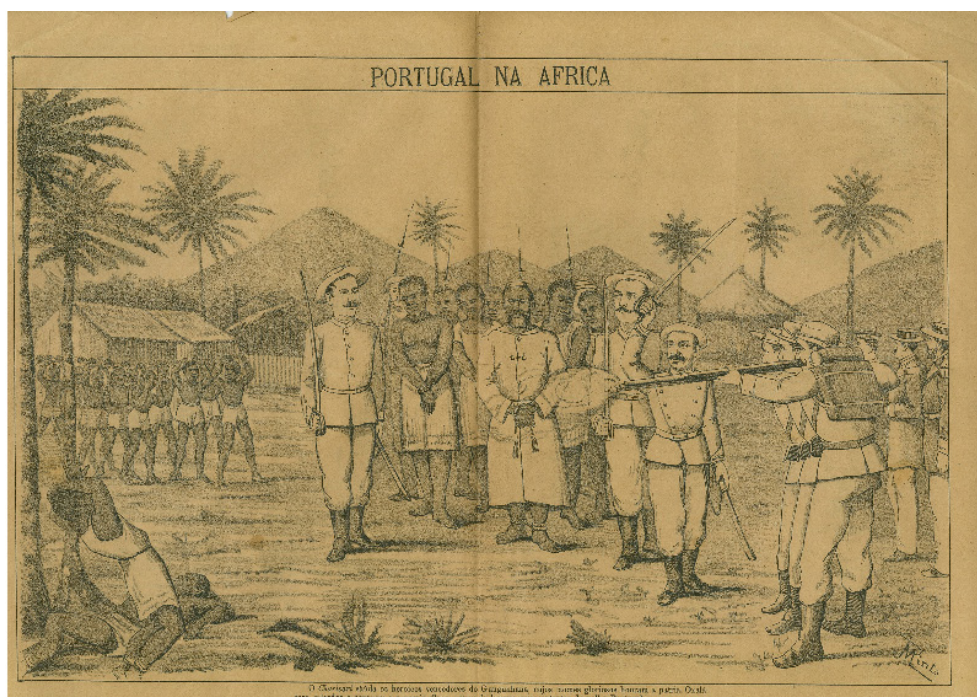


Figura 11. Gravura que representa o fuzilamento do conselheiro Mahune e de Queto, tio do rei, aquando da captura de Gungunhana em Chaimite. Na legenda lê-se: “O Charivari saúda os heroicos vencedores do Gungunhana, cujos nomes gloriosos honram a pátria. Oxalá esta galardo e a coragem e o arrojo deste grupo de bravos representantes do velho Portugal”. Gravura da autoria de J. M. Pinto publicada em *O Charivari*, 11 de janeiro de 1896

Esta foi sem dúvida a obra mais importante inspirada pelo feito de Chaimite, sendo inaugurada, em 29 de dezembro de 1940, na praça da catedral de Lourenço Marques, então rebatizada com o nome do herói [Figura 12].



Figura 12. Alto-relevo, da possível autoria de Leopoldo de Almeida, representando a prisão de Gungunhana em Chaimite. Faz parte da estátua equestre de Mouzinho de Albuquerque, inaugurada em Lourenço Marques em 1940. Gerbert Verheij, em “Monumentalidade e espaço público em Lourenço Marques nas décadas de 1930 e 1940” (p. 40), analisa detalhadamente a obra

A ideia desta estátua remonta ainda aos tempos da I Guerra Mundial, mas os fundos só começaram a ser recolhidos na segunda metade da década de 1920. O concurso para adjudicação do monumento teve lugar em 1936. A primeira pedra é lançada no 41.^o aniversário de Chaimite e a inauguração tem lugar um dia após a passagem do seu 45.^o aniversário. Os seus 13 metros de altura estavam pensados para que a população a pudesse admirar de longe. Em torno da estátua figuravam os nomes das batalhas cruciais: Maputo, Coolela, Namarrais, Gaza, Chaimite. E aos pés do herói inseriam-se dois altos-relevos, retratando a rendição de Gungunhana e o combate de Macontene – dois feitos amplamente exaltados pelo regime, como indicámos no ponto 2. No centro do primeiro relevo, ladeado por duas mulheres, está um Gungunhana obeso que conserva ainda os braços fortes do antigo e valoroso guerreiro. A sua força, porém, foi vencida pela superioridade do exército ocidental, organizado, bem equipado e racional. Ao contrário de outras representações de Chaimite, os vátuas não têm aqui nem as armas tradicionais nem as espingardas (inglesas). São mais baixos do que os portugueses e os corpos deles apre-

sentam-se quase nus. A barriga do rei contrasta fortemente com o corpo esbelto de Mouzinho e de seus companheiros. Além da dicotomia modernidade/atavismo, exprime-se aqui com clareza o domínio do homem branco. A espada e o dedo da mão de Mouzinho ordenam a Gungunhana que se sente, em sinal de derrota e de submissão. “A oposição indígena-colono é dada de forma muito vincada: não há, como no Padrão de Guerra [comemorativo da I Guerra Mundial], uma identidade partilhada, mas uma simples oposição do ‘outro’ a conquistar e dominar. A retórica de ambos é a da ‘arte de mandar e obedecer’”³⁰. Tal carga simbólica motivou o derrube da estátua 35 anos depois, pouco antes da proclamação da independência de Moçambique. Mas essa *mise-en-scène* do monumento de Lourenço Marques estava longe de ser um caso isolado. Tanto numa caricatura de 1897 [Figura 13], como no quadro existente no Museu Militar, da autoria de Moraes Carvalho, já referido, Chaimite é imobilizada naquele instantâneo em que algo de muito importante vai acontecer (Gungunhana forçado a sentar-se no chão) porque algo de decisivo aconteceu (a tomada da aldeia).



Figura 13. “Síntese da situação”. Caricatura da autoria de Leal da Câmara, publicada em *A Marselhesa*, 19 de dezembro de 1897

30 Gerbert Verheij, “Monumentalidade e espaço público em Lourenço Marques nas décadas de 1930 e 1940. A postcolonial gaze on monumentality”, *Issues on Theory and Interdisciplinarity* 20, n.º III (2012): 59-68, 143-149.

Contemporânea da inauguração da estátua de Lourenço Marques é a publicação do livro *Reis Negros*, na coleção Cadernos Coloniais [Figura 14]. Este livro, que trata dos três casos mais conhecidos de contacto dos portugueses com unidades políticas da África pré-colonial (o Império de Monomotapa, os Reis do Congo e o Reino de Gaza), exhibe na capa a figura de Gungunhana, todavia destituído do seu símbolo régio: a coroa de cera. Sobre o rei, o livro repete o discurso corrente à época: “Os traços de sanguinário, alcoólico, ambicioso, soberbo e desleal acompanharam o Gungunhana em toda a sua vida. Nem da sua figura obesa, nem dos seus atos irradiava a menor simpatia”³¹.



Figura 14. Capa de *Reis Negros*, de Julião Quintinha, Cadernos Coloniais, n.º 63, 1940. A mesma gravura apareceu no número 614 da revista ilustrada *Ocidente* do dia 15 de janeiro de 1896, inteiramente dedicado à prisão do rei.

31 Quintinha, *Reis Negros*, 28.

Um conjunto de peças de cerâmica, com a assinatura de Rafael Bordallo Pinheiro, merece agora uma atenção muito especial. Para o compreender é necessário remeter para uma ideia recorrente no imaginário colonial português contemporâneo, segundo a qual o negro era um consumidor inveterado de álcool. Restos desse imaginário ainda ressoam na crítica mordaz de Zeca Afonso em “Lá no Xepangara” – canção do disco *Coro dos Tribunais* (1974), caracterizada pelo uso de instrumentos tradicionais moçambicanos. A canção, que critica o tratamento dado pelos colonos aos africanos, alude várias vezes à ação dos brancos no consumo do álcool pelos negros³².

No seu estudo pioneiro *Vinho para o Preto*, José Capela³³ mostrou como desde 1865 a 1897 o comércio de vinhos para o mercado ultramarino aumentara 1680%, passando de 5515 hectolitros para 92 703. O Portugal da colonização africana estava, porém, consciente deste dilema: produzir vinho adulterado para África era proveitoso para a indústria vinhateira e o comércio metropolitano (podendo simultaneamente enfraquecer etnias resistentes ao domínio colonial). Mas o alcoolismo limitava o proveito do trabalho forçado dos nativos. Ou, como expunha linearmente o médico João Bentes Castel Branco³⁴, o comerciante ia vendendo:

o álcool assassino que produz degeneração e a morte prematura das raças indígenas. [...] O negro inculto, do seu natural indolente, degrada-se com a bebida até o seu último extremo e torna-se incapaz de todo o serviço útil para si e para a sociedade [...]. Dantes ia-se para as colónias apanhar por todas as formas o dinheiro, matando, saqueando, roubando, sem curar do que ficava atrás. Hoje está claro que é tão absurdo prejudicar o indígena para lucrar com ele,

32 “Se tiver já corpo/ Rega-se com vinho/ Se não cair morto/ Chama-se menino.” E ainda: “Quando já for velho/ Chama-se tratante/ Dá-se-lhe aguardente/ Morre num instante.”

33 José Capela, *O Vinho para o Preto. Notas e Textos sobre a Exportação do Vinho para África* (Porto: Afrontamento, 1973).

34 João Bentes Castel Branco, “A civilização africana e o álcool”, *Portugal em Africa* 139 (1905): 443.

como deitar abaixo uma árvore para lhe colher o fruto. É instruindo e civilizando o preto que se pode mais barato, mais depressa e mais abundantemente valorizar todas as riquezas coloniais

O estereótipo tem alguma relação com o rei de Gaza: várias fontes confirmam como ele gostava de beber, tanto na pátria quanto no desterro, onde o vício do álcool contribuía para enfraquecer a sua saúde física e mental. A habilidade diplomática trouxe-lhe várias prendas do Transvaal e de emissários ingleses e portugueses. Entre estas prendas estavam várias reservas de garrafas de vinho e outras bebidas alcoólicas. O comissário régio em Moçambique, António Enes, conhecia bem esta realidade, recomendando que, quando Gungunhana pedisse “ao rei para lhe mandar vinho, muito vinho, vale bem mais a pena mandar-lhe um barril de zurrapa do que queimar um barril de pólvora contra os seus vátuas: quem dera aos ingleses que o Lobengula lhes pedisse tributos desses!”³⁵.

É neste contexto que algumas representações do rei de Gaza ganham sentido. Em *O António Maria*, a propósito dos rumores que circulavam sobre o processo de conversão de Gungunhana, Rafael Bordallo Pinheiro³⁶ retrata o rei vestido de sacristão [Figura 15] tirando proveito desse novo estatuto para beber às escondidas, numa interligação entre o processo de civilização e o vício do álcool, a qual escondia mais do que um simples vício.

35 Thiago Henrique Sampaio, “O comércio colonial português em transformação: o caso do vinho e algodão em Moçambique (1890-1923)”. *Faces da História* V, n.º 1 (2018).

36 José-Augusto França, *Rafael Bordallo Pinheiro. O Português Tal e Qual* (Lisboa: Livros Horizonte, 2007).

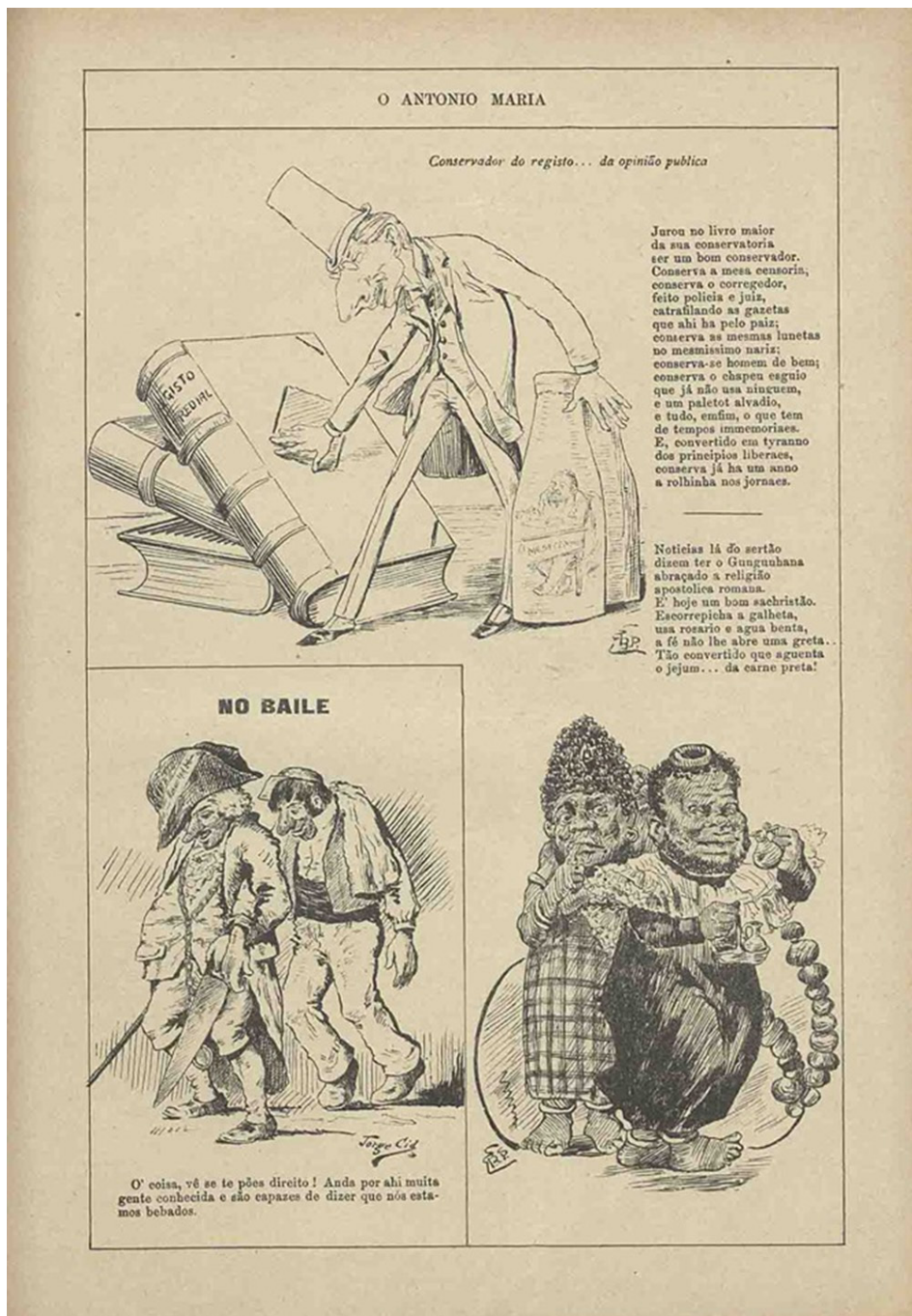


Figura 15. Caricatura da autoria de Rafael Bordallo Pinheiro em *O António Maria*, 24 de fevereiro de 1898

Pela mesma época, enquanto ceramista, Bordallo Pinheiro produz um conjunto de cantis e garrafas com a figura de Gungunhana. A peça

mais conhecida é o par “Gungunhana-Antes” e “Gungunhana-Depois” [Figura 16], que mostra a transformação do chefe arrogante num vencido após a sua derrota às mãos dos portugueses. Antes, é o rebelde “empertigado, de cacete numa das mãos e garrafa de vinho (do Porto) na outra”. Depois, o desterrado surge “todo curvado, as mãos presas atrás das costas por uma grossa corrente”³⁷. Este par também pode ser lido como uma narrativa na qual o álcool aparece como a prenda envenenada, causa do enfraquecimento do seu reinado e do seu infortúnio.



Figura 16. Dois cantis em cerâmica, intitulados “Gungunhana antes” e “Gungunhana depois”, da autoria de Rafael Bordallo Pinheiro. Museu Raphael Bordallo Pinheiro (Lisboa). Fotografia do autor

A escolha da tipologia do objeto nas cerâmicas é fundamental para entender as alegorias bordallianas. Enquanto John Bull, o arrogante inglês imperialista, foi representado como um penico, as re-

³⁷ Rogério Machado e Aida Sousa Dias, *A Cerâmica de Rafael Bordalo Pinheiro* (Lisboa: Lello Editores, 2009).

presentações de Gungunhana são sempre cantis. Há uma outra, algo enigmática, que é um cantil de forma ovoide no qual a pega é formada pela cabeça, os braços ostentam várias pulseiras e as mãos, assentes no bojo, seguram duas cobras – símbolos bíblicos do mal e da atração pelos vícios mundanos. Na peça destacam-se os símbolos régios do rei, a coroa de cera ou os anéis [Figura 17].



Figura 17. Cantil em cerâmica cuja pega representa a cabeça de Gungunhana, da autoria de Rafael Bordallo Pinheiro. Datado de 1896. Museu Raphael Bordallo Pinheiro (Lisboa). Fotografia da Direção-Geral do Património Cultural

Lê-se ainda (tal como no verso dos outros cantis) uma expressão de felicitação ao exército português (“Viva Portugal” e “Viva o exército e a armada do Portugal vitorioso”). Difícil é estabelecer se a represen-

tação de Gungunhana sob a forma de cantil não passa de uma troça do conhecido vício do rei ou se poderá configurar uma sátira à incongruência das autoridades portuguesas em fomentar o comércio de vinho, tão lucrativo a curto prazo, mas tão danoso em termos sociais e económicos a longo prazo.

5. Gungunhana enquanto arma na luta político-partidária

Vimos já como os feitos das campanhas de África haviam sido um balão de oxigénio para a monarquia, com o regime a tratar de aproveitar ao máximo o renovado consenso que estas possibilitavam. Afinal, ao contrário do que proclamavam os republicanos, o regime era capaz de consolidar o projeto colonial português. Já para alguns republicanos, a detenção de Gungunhana parece ter constituído “uma pedra no sapato”, na medida em que atrasava o almejado advento da República³⁸. Os adversários políticos, mesmo que se associando aos aplausos patrióticos, criticaram de várias formas a gestão dos acontecimentos, desde o exagerado circo mediático à volta da prisão e chegada de Gungunhana a Lisboa até à tentativa da imprensa de maior circulação de fazer uso do feito para desviar a atenção dos problemas urgentes, como a questão da dívida do Estado ou o desperdício económico das campanhas militares.

Exemplo disto é a caricatura, de 1897, em que o banqueiro Henri Burnay (com o nariz proeminente típico da sua iconografia que, erroneamente, lhe atribuía origens judaicas) ruma a Paris, empunhando a bandeira nacional, com a prisão de Gungunhana ao lado do escudo real [Figura 13]. Parcialmente ocultos sob este estandarte “dos heroísmos portugueses” assomam o fantasma da dívida pública e a figura do Zé Povinho que tenta alertar em vão para os perigos da situação. A colocação do episódio de Chaimite no campo direito da bandeira é o retrato de um país depauperado, que não tem nada para mostrar ao mundo para além do triunfo militar em África. A questão da dívida, que se agravava precisamente cinco anos após o Estado português ter declarado bancarrota parcial, os grandes recursos económicos investidos nas campanhas

³⁸ Martins, *Um Império de Papel*.

africanas e o total desinteresse dos governos pela miséria em que vivia o povo – era essa a “verdadeira situação” para a qual remete o título.

Um facto interessante, mas revelador de como o nome de Gungunhana era já sinónimo de qualquer coisa abominável, que não necessitava de estar presente para inspirar repulsa, são caricaturas como aquela em que o político João Franco, conhecido pelas suas tendências autoritárias, e então ministro do Reino no governo conhecido como “Hintze Ribeiro”, é retratado sob o título “O Gungunhana de cá”. Essa caricatura, de Celso Herminio, publicada no jornal *Micróbio* de 21 de março de 1895, antecedeu em nove meses a prisão de Gungunhana. Isto mostra como após os ataques a Lourenço Marques, na segunda metade de 1894, o rei era já visto como um perigoso inimigo africano dos interesses portugueses no continente. Este caricaturista republicano, codiretor de *O Berro* (“PARA QUE SAIBAM – Isto não é um jornal é um Berro!”), publicará um outro trabalho no qual o alvo será a tríade formada por D. Carlos I, Hintze Ribeiro e João Franco. Nessa caricatura, que antecede em mais de um mês o desembarque do rei de Gaza em Lisboa, os três aparecem sob o título “O verdadeiro Gungunhana e as suas almas damnadas” [Figura 18].



Figura 18. “O verdadeiro Gungunhana e as suas almas damnadas”. Caricatura de Celso Hermínio publicada em *O Berro*, 9 de fevereiro de 1896

Outro trabalho, publicado no mesmo periódico, no próprio dia da chegada do régio prisioneiro à capital, é um ataque frontal à monarquia. Estampada nas páginas centrais, a cabeça de Gungunhana surge a encimar a legenda: “A primeira cabeça de rei que podemos oferecer à nação” [Figura 19]. Ao sugerir que a segunda seria a de D. Carlos, esta figura de alguma forma prenunciava o regicídio do 1908. A carga mediática de Gungunhana permitiu amplificar a denúncia deste jornal relativa às degradadas condições em que vivia o povo e sucumbia o país. Por uma curiosa coincidência, após sofrer várias querelas e perseguições, *O Berro* foi suspenso a 27 de julho de 1896 pelo juiz Veiga, pouco mais de um mês depois da partida de Gungunhana para o desterro açoriano.

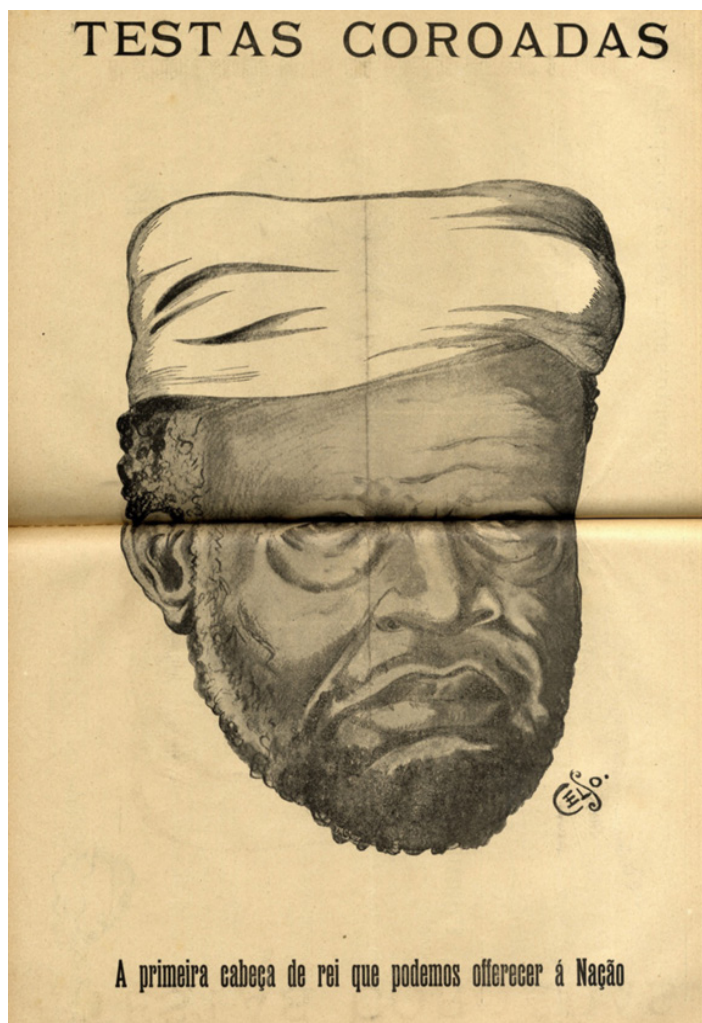


Figura 19. Caricatura da autoria de Celso Hermínio publicada em *O Berro*, 15 de março de 1896

Mas semanários ilustrados monárquicos como *Os Pontos* – o qual deu muito destaque à captura de Gungunhana, acompanhando com ilustrações a sua viagem de Lourenço Marques a Lisboa – também trazem Gungunhana para os combates políticos domésticos. Em novembro de 1896, o jornal publica uma caricatura sobre “o pesadelo” do ministro João Franco, cujo sono aparece perturbado por vários “mosquitos”. Divisamos, então, o chefe do partido progressista, José Luciano de Castro, a cobiçar-lhe a pasta; o inefável Burnay a agitar o espectro da inexistência do empréstimo externo; dois diários do Porto (cidade de onde *Os Pontos* era também oriundo) a pedirem-lhe contas; o rei D. Carlos a abandonar precipitadamente a cena e, por último, Gungunhana e as suas esposas... São, porém, os “demónios” africanos os que mais importunam o ministro do Reino. Sobretudo as mulheres que, de feições animais e de seios muito acentuados, são quem o segura pelas pernas. Todos os *clichés* a que a opinião pública estava habituada estão presentes, sem esquecer os pés descalços (até o pé de Gungunhana atrás da cama é mostrado voluntariamente) [Figura 20]. Não obstante o desterro açoriano, a lembrança nefasta do rei de Gaza não se tinha desvanecido entre a opinião pública.



Figura 20. Caricatura da autoria de Sousa Nogueira publicada em *Os Pontos*, 11 de novembro de 1896

Conclusões

As representações iconográficas aqui analisadas são produto do labor de fotógrafos, caricaturistas, ceramistas, escultores e pintores. Quando comparadas com as representações escritas (trabalho em curso) verifica-se uma centragem em determinados tópicos, em detrimento de outros, e um afinamento de perspetivas. O que é compreensível. Registos como o demonstrativo – no qual se procura convencer através da utilização da lógica dedutiva-indutiva – ou o narrativo – em que se procura descrever com acuidade e abundância de detalhes – têm como resultado produtos extensos nos quais é possível encontrar um certo grau de distanciamento entre o sujeito e o objeto que se pretende estudar ou descrever. Se é verdade que iconografias mais elaboradas podem fornecer leituras complexas, abrindo espaço para o trabalho da estética da receção, os materiais com que nos defrontámos visam produzir nos recetores uma leitura imediata. Essa leitura é quase sempre negativa e só algumas vezes neutra – como é o caso de certas fotografias e de algumas caricaturas nas quais o objeto último de troça não é Gungunhana. Ao examinar as diversas narrativas que têm estruturado o imaginário dos portugueses acerca do seu papel nos descobrimentos, do colonialismo e da sua relação com os outros povos, Isabel Castro Henriques³⁹ assinalou duas que me parecem particularmente visíveis nos materiais recolhidos. A saber: “a ideia da superioridade do branco/civilizado contrastando com a inferioridade do negro/primitivo” e “a ideia da missão civilizadora dos portugueses”⁴⁰. A prevalência destas narrativas no período que vai de 1890 a 1940 ajuda a explicar por que motivo não existem grandes dissonâncias entre os produtores das imagens estudadas, apesar das diferenças entre eles em matéria de regime (monarquia ou república) ou de ideologia política (liberalismo, conservadorismo ou autoritarismo de direita).

Ao longo destes cinquenta anos, a iconografia de Gungunhana insistiu em certos pormenores estéticos, que impressionaram quer o

39 Isabel Castro Henriques, *Os Pilares da Diferença: Relações Portugal-Africa. Séculos XV-XX* (Lisboa: Caleidoscópio, 2004): 51, 304.

40 Já as seguintes narrativas não têm aqui grande representatividade: “o papel pioneiro de Portugal no processo de expansão europeia”; “a presença multissecular de Portugal em África”; “a natureza tropicalista do povo português” e “a ausência de racismo dos portugueses”.

público consumidor dessas imagens quer os artistas que as produziram. Elementos de vestuário, como a coroa de cera ou os anéis nos tornozelos, ficaram como símbolo não da nobreza vátua, mas do “Outro” selvagem e bruto. A intensidade das imagens e a força das didascálias que as acompanham sugerem que a figura de Gungunhana congregou os estereótipos e os preconceitos raciais comuns na sociedade portuguesa do período analisado. O rei foi constantemente representado como sendo física, moral e civilizacionalmente degradado, sempre colocado num patamar inferior ao dos brancos. Ao mesmo tempo, não encontramos no domínio imagético qualquer prova de estima pela figura do rei vencido (o mesmo não é, porém, verdade quando transitamos para o domínio literário). As poucas exceções serão algumas fotografias tiradas na Ilha Terceira, que podem ser lidas, de resto, como prova do êxito do processo de civilização/aculturação.

Por fim, notemos que se a produção das representações iconográficas sobre Chaimite é sobretudo visível nos finais da monarquia e nos primeiros tempos do Estado Novo, e se existem motivos recorrentes entre esses dois momentos, também ocorrem mudanças. O “culto de Mouzinho”, iniciado pelas elites monárquicas, menorizado durante a I República, foi elevado a uma expressão superlativa pelo regime salazarista. Já Gungunhana, que no final da monarquia dera origem a uma iconografia diversificada, viu-se reduzido, após 1930, a ser apenas a prova da excelência do pensamento e ação militar de Mouzinho – apresentado como modelo a seguir, durante muitas décadas, aos militares portugueses –, da importância de Chaimite – considerada o ponto de viragem na estratégia militar da colonização portuguesa em África – e de como o Império era parte integrante da essência da nação portuguesa. Tudo isto sem que a sua representação deixasse de estar enformada pelas duas narrativas acima assinaladas.

BIBLIOGRAFIA FINAL

- Afonso, José. *Coro dos Tribunais* (LP). Lisboa: Orfeu, 1974.
- Alexandre, Valentim. “Questão nacional e questão colonial em Oliveira Martins”. *Análise Social*, 135 (1996): 183-201.
- Alexandre, Valentim. “O império e a ideia de raça (séculos XIX e XX)”. In *Novos Racismos: Perspetivas Comparativas*, dirigido por Jorge Vala. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- Baroja, Julio Caro. *La cara, espejo del alma – Historia de la fisiognómica*. Barcelona: Circulo de Lectores, 1987.
- Barreto, Isabel de Souza Lima Junqueira. “Mouzinho de Albuquerque e Ngungunhana: um estudo de caso do processo de construção de heróis nacionais em Portugal e Moçambique”. Dissertação de mestrado: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- Branco, João Bentes Castel. “A civilização africana e o álcool”. *Portugal em Africa* 139 (1905).
- Bretes, Maria da Graça. “Arqueologia de um mito: a derrota de Gungunhana e a sua chegada a Lisboa”. *Penélope* 2 (1989): 75-96.
- Capela, José. *O Vinho para o Preto. Notas e textos sobre a exportação do vinho para África*. Porto: Afrontamento, 1973.
- Ennes, Carlos. *Álbum Terceirense*. Vol.4. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2018.
- França, José-Augusto. *Rafael Bordalo Pinheiro. O Português Tal e Qual*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- Henriques, Isabel Castro. *Os Pilares da Diferença: Relações Portugal-Africa. Séculos XV-XX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2004.
- A Ilustração* 242, janeiro, 1936.
- Jerónimo, Miguel Bandeira. *Livros Brancos, Almas Negras. A “Missão Civilizadora” do Colonialismo Português, c. 1870-1930*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- Liesegang, Gerhard. *Vassalagem ou Tratado de Amizade: História do Tratado de Vassalagem de Ngungunyane nas Relações Externas de Gaza*. Maputo: Arquivo Histórico Nacional/Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, 1986.
- Lourenço, Tiago Borges. “Postais azulejados: decoração azulejar figurativa das estações ferroviárias portuguesas”. Dissertação de mestrado: Universidade Nova, 2014.
- Machado, Rogério, e Aida Sousa Dias. *A Cerâmica de Rafael Bordalo Pinheiro*. Lisboa: Lello Editores, 2009.
- Martins, Leonor Pires. *Um Império de Papel. Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875-1940)*. Lisboa: Edições 70, 2014.
- Matos, Patrícia Ferraz de. *As Cores do Império. Representações Raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: ICS, 2006.
- Meneses, Maria Paula. “Colonialismo como violência: A ‘missão civilizadora’ do colonialismo português”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, número especial (2018): 115-140.
- Pélissier, René. *História de Moçambique: Formação e Oposição. 1854-1918*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- Quintinha, Julião. *Reis Negros*. Lisboa: Cadernos Coloniais, 1940.
- Sampaio, Thiago Henrique. “O comércio colonial português em transformação: o caso do vinho e algodão em Moçambique (1890-1923)”. *Faces da História*, V, n.º 1 (2018).
- Seabra, Jorge. “O império e as memórias do Estado Novo: os heróis de Chaimite”. *Revista de História das Ideias* 17 (1995): 33-78.

Silva, Maria Raquel Henriques da. “O neo-manuelino do Palace-Hotel: pistas para pensar a memória”. *Monumentos*. 20 (2004): 44-59.

Valverde, Paulo. “O corpo e a busca de lugares da perfeição: escritas missionárias da África colonial portuguesa, 1930-60”. *Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social* 1, n.º 1 (1997).

Verheij, Gerbert. “Monumentalidade e espaço público em Lourenço Marques nas décadas de 1930 e 1940. A postcolonial gaze on monumentality”. *Issues on Theory and Interdisciplinarity* 20, n.º III (2012): 11-54.

Vicente, Filipa Lowndes, org. *O Império da Visão: Fotografia no Contexto Colonial Português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 2014.

Vicente, Filipa Lowndes. “Black Women’s Bodies in the Portuguese Colonial Visual Archive (1900-1975)”. *Portuguese Literary & Cultural Studies* 30-31 (2017): 16-67.

Vieira, Patrícia. “O espírito do império: as grandes certezas do Estado Novo em Chaimite”. *Journal of Lusophone Studies* 7 (2009).

Vilhena, Maria da Conceição. “As mulheres do Gungunhana”. In *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*, 511-516. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995.

Vilhena, Maria da Conceição. *Gungunhana no seu Reino*. Lisboa: Edições Colibri, 1996.

Vilhena, Maria da Conceição. *Gungunhana: Grandeza e Decadência de um Império Africano*. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

Wheeler, Douglas. “Gungunyane the negotiator: A study in African diplomacy”. *Journal of African History* IX, n.º 4 (1968): 585-602.

Wheeler, Douglas. “Joaquim Mouzinho de Albuquerque e a política do colonialismo”. *Análise Social* XVI, n.º 61-62 (1980): 295-318.

Referência para citação:

Vacha, Andrea. “Iconografia de Gungunhana: representações do rei negro em Portugal (1890-1940)”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 12 (2021): 53-93.